

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Falta agressividade para captar recursos

Darlan Moreira
de Fortaleza

A disposição que o governo brasileiro tem demonstrado para a criação de unidades de conservação (UCs) não vem sendo acompanhada com a alocação dos recursos para operar a contento parques nacionais, estações ecológicas ou reservas biológicas. Áreas já instaladas estariam ficando vulneráveis a invasões ou desmatamento e vão dividir ainda mais a escassa receita. A advertência é de Marc Dourojeanni, especialista em parques e assessor ambiental do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil.

Em maior ou menor escala, a preocupação de Dourojeanni é compartilhada por outros participantes do 3º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado semana passada, em Fortaleza (CE). "No Mato Grosso, a maioria das 29 unidades de conservação foram criadas nos últimos oito anos, em função principalmente do empenho do governo estadual. Mas há uma preocupação com a descontinuidade da iniciativa, pois ainda não existem mecanismos suficientes, em nível federal, para assegurar essas estruturas", afirma Sebastião Caetano de Freitas, coordenador do projeto Promoção da Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade nas Florestas de Fronteira do Noroeste do Mato Grosso.

Espaço protegido

A expansão considerável das novas áreas torna ainda mais intensa a luz de alerta. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1994 as unidades de conservação "inteiramente protegidas" somavam 15 milhões de hectares e vão fechar 2002 com 30 milhões de hectares. O programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), prevê a criação de outros 37,5 milhões de hectares entre Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral e reservas e de uso sustentável, extrativistas, até 2012. O projeto, estimado em US\$ 395 milhões, visa tornar 12% da floresta amazônica

brasileira - área equivalente à da Espanha - em espaço inteiramente protegido. Conforme o pesquisador Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), atualmente 30% da região são áreas protegidas - incluindo as reservas extrativistas e indígenas. A área deve avançar para 48% em uma década.

Os dinheiro necessário para implantar e fiscalizar essas áreas é uma questão à parte. De acordo com Dourojeanni, os parques nacionais nos Estados Unidos ocupam área bem inferior aos brasileiros e tiveram orçamento de US\$ 2,7 bilhões para 2002 - ao passo que o Ibama foi contemplado com cerca US\$ 200 milhões no ano passado. "No Brasil, são poucas pessoas para cuidar dos parques, trabalhando com estrutura precária e ganhando mal", afirma.

Além de orçamento escasso, as UCs brasileiras sofrem com o centralismo administrativo e burocracia, que atrapalham a captação de recursos. Os gestores dos parques são dependentes do orçamento federal e não brigam como deveriam pelas receitas. "No geral, autoridades e entidades não-governamentais brasileiras também agem com pouca agressividade em relação a acordos ou doações internacionais".

Conforme o especialista, o Brasil poderia ter revelado mais empenho, por exemplo, para converter parte da sua dívida em investimentos ambientais. "Costa Rica, Equador e Bolívia conseguiram rebate de dezenas de milhões de dólares com o compromisso de investir em unidades de conserva-

ção. O Brasil realizou apenas uma operação desse tipo e de apenas US\$ 2 milhões. Outra grande possibilidade é o protocolo Quioto, que pode representar até US\$ 60 bilhões para o País em negócios com carbono", pondera.

Iniciativas sustentáveis

Para Dourojeanni falta mais dinamismo e criatividade dos brasileiros para acessar as doações internacionais - que são fartas. Um dos pontos que compromete as captações, segundo ele, é a qualidade dos projetos.

"Os doadores, governos e instituições estrangeiras, querem saber de iniciativas que tenham auto-sustentabilidade e não de projetos que necessitem indefinidamente de recursos", alerta.

Para suprir a falta de verbas ou doações, Dourojeanni sugere a exploração de várias opções, como percentuais sobre loterias, passagens aéreas, petróleo. Ele, no entanto, reconhece que algumas iniciativas recentes

indicam que o setor pode dispor de mais dinheiro nos próximos anos - o fundo de compensação, que repassa pelo menos 0,5% das grandes obras para as UCs; O ICMS Ecológico, adotado em Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná para incentivar municípios a conservar a natureza; e a lei que destina receita sobre a água consumida para investir nos mananciais.

O coordenador geral de Ecossistemas do Ibama, Sérgio Brant Rocha, considera pertinente a preocupação de Dourojeanni, mas assegura que as novas UCs estão sendo criadas com maior preocupação em termos de sustentabilidade financeira. "São grandes áreas, como a do parque Tumucumaque,

com 3,8 milhões de hectares, inteiramente preservados e de custo menor em termos de manejo e operação", observa.

Além disso, segundo ele, as novas áreas geralmente já são de domínio da União e não estão sujeitas a indenizações - consideradas uma das principais dificuldades do Ibama. Em relação à carência de pessoal para administrar os parques, Rocha avalia que a situação vem melhorando. "Desde 1982 estou no serviço público e só este ano pude presenciar concurso público para o Ibama", relata.

Oportunidade única

De acordo com Rocha, a insuficiência de pessoal ou a falta de qualificação adequada para a atividade são mais preocupantes do que a escassez de recursos. "Com profissionais em quantidade e motivados podemos atrair os recursos", argumenta. Mesmo com a falta de recursos, o coordenador do Ibama considera sensata a política de ampliar as áreas.

"Esta é uma oportunidade única. Se não aproveitássemos hoje a disposição política de criar novas UCs talvez, daqui quatro ou cinco anos, elas já estivessem degradadas e o custo para protegê-las certamente seria maior", pondera. A tese é reforçada por Ibsen Câmara, presidente da Rede Nacional Práticas de Unidades de Conservação. "Se pensarmos na criação de UCs no passado, a falta de recursos para mantê-las é preocupante. Mas a experiência indica que é melhor determinar legalmente a proteção dessa áreas do que esperar juntar recursos para iniciar o projeto", afirma Câmara. "O primeiro passo é criá-las, depois se corre atrás da receita", acrescenta.

Adalberto Veríssimo, do Instituto Imazon, também considera um passo acertado a expansão das UCs - que nos últimos oito anos duplicaram em relação ao período 1939 a 1994 e ainda vão mais que dobrar até 2012. "Dependendo da área, temos muitas fontes de recursos, seja com doações, via orçamento público ou receita proveniente do aproveitamento econômico dos produtos das reservas".

O Programa Arpa*	
Investimentos em US\$ milhões	
Governo brasileiro	18,1
Global Environmental Facility (GEF)	30,0
Fundo Mundial para a Natureza (WWF)	16,5
Instituto Alemão de Crédito para a Reconstrução (KfW)	14,4
Outros parceiros	2,5

Fonte: Ibama * Primeira fase (2002/2006)